

Por uma Assessoria Técnica não colonizadora

Por un asesamiento técnico no colonizador

Sessão 5: Lutas e Insurgências

NOTINI, Letícia Araújo; Mestranda; Escola de Arquitetura da UFMG

leticiaaraujonotini@gmail.com

LOPES, Marcela Silvano Brandão; Doutora; Escola de Arquitetura da UFMG,

marcelasbl.arq@gmail.com

NASCIMENTO, Luiza; Graduanda; Escola de Arquitetura da UFMG,

luizarenasc@gmail.com

TRIANI, Pedro; Graduando; Escola de Arquitetura da UFMG,

pedrotmfreitas@gmail.com

Resumo

O artigo apresentado tem como objetivo levantar discussões sobre a prática de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, a partir de uma abordagem não colonizadora. Para isso, levantam-se experiências relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão, pressupostos conceituais relativos à de(s)colonialidade e pressupostos metodológicos para investigações não dicotômicas. Por fim, é apresentada uma disciplina, ofertada na Instituição de Ensino a qual os autores estão vinculados, cujo objetivo foi compreender a assessoria de maneira complexa e produzir instrumentos de interlocução entre os saberes populares e acadêmicos, capazes de disparar processos abertos e não hierárquicos entre assessores e assessorados. Acredita-se que o espaço acadêmico tem potencial para realizar transformações, a partir das lutas e insurgências urbanas.

Palavras-chave: territórios populares, assessoria técnica, descolonialidade

Abstract

The presented article aims to bring up discussions about technical advisory practice in architecture and urbanism, considering a non colonizing approach. To this end, experiences related to teaching, research and extensions, as well as conceptual assumptions about de(s)coloniality and methodological assumptions for non-dichotomous investigations are raised. Then, a subject previously offered in the authors' university is presented, its objective was to understand advisory complexly and to produce dialogue instruments between popular

and academic knowledge capable of triggering open and non-hierarchical processes between the parts. It is believed that the academic field can carry out transformations, based on urban struggles and insurgencies.

Keywords: popular territories, technical advisory, descoloniality.

Introdução

O artigo¹ que aqui se apresenta tem o propósito de discutir a Assessoria Técnica realizada por arquitetos urbanistas junto às lutas e os moradores dos territórios populares auto-construídos, com foco nas práticas extensionistas. A extensão tem se tornado, há muitos anos, um dos importantes braços de atuação das assessorias técnicas. A partir de uma pesquisa desenvolvida em 2019 e 2020, no âmbito do trabalho de conclusão de curso de uma das autoras do artigo, em que se tinha como objetivo catalogar a atuação dos técnicos na produção social da moradia e da cidade na América Latina, foram levantadas 207 práticas de grupos de assessoria e assistência técnica, em 16 dos 20 países latinoamericanos. Entre elas, 47 práticas estavam vinculadas à universidades, enquanto grupos de pesquisa e extensão e enquanto escritórios modelos².

A atuação das extensões universitárias - ou *vinculaciones con la comunidad* - trazem uma ruptura importante para aproximação da prática arquitetônica com a realidade cotidiana e com as práticas de resistência nos territórios. Neste sentido, vale mencionar a primeira experiência brasileira no âmbito da assistência técnica que é a da construção, mesmo que incipiente, do Escritório Piloto da Escola Politécnica da USP, na década de 50, por um grupo de estudantes, o que exemplifica há tempos uma conexão direta da universidade com a prática de assessoramento.

A partir da experiência de assessoria técnica de um grupo de pesquisa, de reflexões teórico-críticas e metodológicas e também de uma disciplina acadêmica ofertada pelas autoras deste texto, este artigo pretende abrir espaço para a discussão de uma prática de assessoria técnica não colonizadora. Processo que vai ao encontro do que se defende enquanto assessoria técnica: uma prática de interlocução não hierarquizada para a produção social do espaço com e a partir dos territórios.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, e da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq) da UFMG.

² O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU é um projeto de extensão universitária de iniciativa estudantil, que, para além do complemento no percurso curricular e de formação profissional, permite uma experiência prática dos estudantes no atendimento a comunidades e movimentos populares.

1. Entre os territórios populares e as assessorias técnicas

No espaço urbano latinoamericano, compreendido pelo campo e pela cidade, em relação dialética e dependente, as contradições do modo de produção capitalista podem ser observadas a partir da construção de centralidades e periferias. A moradia e o espaço da vida como mercadorias são necessidades do capital que deixam de lado as necessidades de realização da vida. Nesse cenário, da urbanidade de acesso desigual, a alternativa de quem é absorvido pelas periferias é a autoprodução e a ocupação dos espaços, a chamada "cidade informal".

Essa produção "informal" se dá na construção que parte do que está dado e das emergências em ter um teto. A arquitetura sem arquitetos é a ordem prática da maior parte da cidade, que precisa abrigar essas pessoas "à margem", mas que também não as comporta dentro das centralidades. A dualidade contraditória do capital fica evidente nessa relação dialética. Nesse sentido, chegamos às práticas extensionistas e de assessoramento, que podem entrar na autoprodução na forma de subsídios técnicos para movimentos que já acontecem nos territórios.

Os territórios populares e as ocupações urbanas, em relação com os técnicos da assessoria, podem construir um vínculo de horizontalidade e de ajuda mútua, no qual cada um parte de seus conhecimentos sobre a realidade sócio-espacial para tecer diálogos e produzir ações e práticas que reforcem a resistência na esfera urbana.

1.1. A produção do espaço nas cidades brasileiras

Assim, partindo dessa compreensão multifatorial da produção do espaço, observa-se que a cidade capitalista acontece independente dos arquitetos e urbanistas. Conveniu-se a chamar essas práticas de auto-produzidas. Ao mesmo tempo, as universidades seguem formando técnicos-profissionais para atuarem nesse campo, conforme a lógica da produção, mas que, diante das desigualdades sistêmicas, também buscam brechas que reinventem os saberes acadêmicos, que viabilizem e afirmem a legitimidade de reexistências das ações auto-produzidas.

O problema da habitação, ou melhor, os problemas (déficit e qualidade) são questões que o modelo neoliberal intensifica ao aprofundar as desigualdades sociais de acesso ao espaço urbano (entendendo aqui o urbano como uma relação campo-cidade) (LEFEBVRE, 1999). Assim, no cenário brasileiro, temos uma formação territorial pautada em uma intensa segregação socioespacial, onde o acesso à terra se deu de forma desigual para as diferentes raças, etnias e classes sociais.

Com o avanço da urbanização e da industrialização no Brasil, as desigualdades do sistema capitalista se reproduziram em peso no território, seletivas principalmente no acesso à infraestrutura básica e à moradia digna, reiterando a necessidade de grande parcela da

população encontrar suas próprias alternativas de acesso aos direitos básicos. Segundo Raquel Rolnik (2012), a luta pelo direito à cidade e à moradia surge exatamente em oposição ao que ela chama de “modelo de urbanização excludente e espoliativo”, que “absorveu em poucas e grandes cidades – sem jamais integrá-los – grandes contingentes de pobres migrantes de zonas rurais e pequenas cidades do país” (ROLNIK, 2012, pág. 02). A essa parcela da população coube se assentar onde foi possível, majoritariamente nas encostas de morros, ocupações informais, favelas, cortiços e zonas alagáveis. Assim, o território brasileiro, agregado às ineficazes políticas públicas do Estado e à ação especuladora de grandes proprietários de terra, vai se estabelecendo, em sua maioria, pela autoprodução, o que reconhece também o poder de articulação e de autonomia da população na construção do próprio território.

(...) a autoconstrução é, desde 1940, mecanismo importante de provisão habitacional não mercantilizada, de acesso à moradia e à propriedade (ainda que vinculado à precariedade física e ao sacrifício corpóreo de trabalhadores) e de estabilidade familiar. Por outro lado, uma análise mais próxima revela que as atuais políticas estão distantes de promover autonomia dos moradores para que possam efetivamente participar dos processos de decisão da produção habitacional (MORADO NASCIMENTO, 2011, pág. 11).

Nem o Estado nem o mercado formal traçaram soluções eficazes para suprir a demanda por moradia e a ausência pelo Estado reflete uma prática estratégica de acumulação do capital por promover uma produção do espaço urbano (entendendo que a autoconstrução não se limita à construção de moradia) por trabalho não pago. Quando o trabalhador autoconstrói, os custos de reprodução da força de trabalho são rebaixados, reduzindo os salários reais pagos pelas empresas e, desta forma, os gastos em se produzir habitação e infraestrutura, confirmando uma lógica de acumulação direta no desenvolvimento das cidades brasileiras (OLIVEIRA, 1981).

Uma pesquisa desenvolvida, em 2015, pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/BR, em parceria com o Instituto de Pesquisa DataFolha, revela que, da população que já construiu ou reformou imóveis residenciais ou comerciais, 85%: “fizeram o serviço por conta própria ou com pedreiros e mestres de obras, amigos e parentes” (CAU/BR, 2015), apontando também que o principal motivo para a não utilização destes serviços é a questão financeira. Considerando a faixa da população de menor renda, isto tem relação direta com a posição do Estado no enfrentamento do déficit habitacional e na construção de políticas públicas eficazes, uma vez que “as necessidades são em grande parte supridas pela prática da autoconstrução ou não são supridas” (MARICATO, 1982, p. 82).

Quando espaço e terra urbana passam a ser consumidos como mercadoria, a luta por habitação se firma ainda mais como uma prática contra-hegemônica e, ao mesmo tempo, como elemento estruturador das possibilidades de acesso à cidade. E é nesse cenário que

as pautas pela reestruturação fundiária brasileira se fortalecem, inicialmente com as ligas camponesas pautando a redistribuição das propriedades rurais - principalmente grandes latifúndios improdutivos - por meio da reforma agrária, e caminhando para as cidades, onde a luta pela reforma urbana se consolida como proposta política, a partir dos anos 1980, incidindo na base da produção socioespacial brasileira e se afirmando no enfrentamento dos graves problemas urbanos. Falar de uma reorganização da estrutura fundiária, seja no campo ou na cidade, é caminhar para a democratização do acesso à terra e à moradia digna, o que está diretamente ligado ao tipo de cidade que os diversos atores - mercado, Estado, técnicos, autoconstrutores - estão produzindo e reproduzindo. É nesse sentido que falar da assessoria técnica é questionar a posição que o arquiteto ocupa quando confrontado por esta realidade (LOPES, 2018), entendendo esta atuação como uma das diversas expressões e ferramentas que emanam da luta pelo acesso à moradia.

1.2. A assessoria técnica a partir da extensão acadêmica

As primeiras experiências em assessoria começaram a ganhar força com os processos autogestionários em São Paulo, Ipatinga e Belo Horizonte, na década de 1980 e 1990, com a contratação destes profissionais diretamente pelos movimentos e associações organizadas. O termo assessoria se baseia na atuação das cooperativas de ajuda mútua no Uruguai, de onde vem o termo *asesoriamiento técnico* e onde se consolidava um trabalho coletivo por meio de mutirões autogeridos, permeados pela formação política e social. O uso do termo se consolida entre diversos profissionais que passam a incorporar práticas não hegemônicas e, cada vez mais, abertas aos diversos produtores e formas de se produzir o espaço.

É neste período também que são criados os primeiros Laboratórios de Habitação nas universidades, a partir da abertura destas para processos extensionistas e criação de espaços significativos para a formação de vários destes técnicos que atuaram junto às favelas e periferias a partir da década de 1980. Dentre estes estão: o Laboratório da Habitação da FEBASP (1982-1986); o LabHab da Unicamp (1985); o HABITAFUS (1983-1984), da PUC Santos; e L'HABITAT (1986), da PUC Campinas³. Os laboratórios inauguraram um novo momento nas universidades, abrindo espaço para atuação de profissionais que já trabalhavam com a demanda social e trouxeram suas experiências para a prática com os estudantes, com os canteiros experimentais e com as comunidades atendidas. Os canteiros experimentais também representaram um grande passo para o desenvolvimento de outras tecnologias e soluções sociotécnicas a serem testadas e empregadas nos mutirões e projetos desenvolvidos, retomando a importância do conhecimento de obra vindo da prática. A partir daí, diversas assessorias se formaram e se consolidaram como escritórios-modelos nas universidades federais a partir da década de 1990 e como grupos de pesquisa e extensão.

³ Ver POMPÉIA, 2006.

A universidade brasileira é constituída a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo a extensão a forma de interlocução entre academia e sociedade. Ao longo dos anos, tal interlocução se deu de várias maneiras por “ações de cunho assistencialista ou paternalista, mas também por formas mais horizontais e compartilhadas de trabalho” (LIMA, RIERA, ZANATTA, 2019, p. 01). Por serem práticas que envolvem muitos atores, as ações extensionistas permeiam uma multiplicidade de formas de atuação, que carregam diversas condicionantes a depender de cada demanda. É um processo sempre em negociação e parte do pressuposto de que tanto o pesquisador quanto a comunidade têm sua agência e subjetividade, desta forma, não são neutros.

O mito da neutralidade acadêmica que não deposita expectativas nem se envolve emocionalmente com seus trabalhos de pesquisa, bem como da condição subalterna e passiva das comunidades parceiras em relação ao conhecimento da universidade, estabelecem um desequilíbrio fundante nos processos, dificultando a realização e satisfação de alguma ou de ambas as partes envolvidas. É preciso haver comunhão de interesses e de desejos. (LIMA, RIERA, ZANATTA, 2019, p. 01 - 02).

A cidade é um campo sujeito a diversas disputas que, portanto, fazem uso de variados mecanismos de luta, sendo um deles a extensão universitária, que há tempos vem construindo este lugar entre territórios e movimentos. Entendemos aqui que a Universidade deve ser percebida não como observador externo, mas como parte de uma rede com outros autores, em relação, que afetam e são afetados pelos movimentos.

2. Por uma extensão acadêmica de(s)colonial

Entendendo a colonialidade como um marco sócio-histórico para povos ocidentais, é importante perceber como esse sistema de ações modernas provocou, e provoca até hoje, consequências nos modos de vida latinoamericanos. A colonialidade, com suas diversas violências, representa um conjunto de ideias e práticas que afetam cotidianamente, mas que por isso também produzem forças de resistência cotidianas, desde o seu início. A contra-colonialidade, a decolonialidade, e descolonialidade, a anti-colonialidade, são alguns dos termos que têm sido estudados hoje nesse campo, com todas as suas importantes diferenças teóricas e práticas, mas com o objetivo comum de questionar as imposições coloniais.

Haesbaert (2021), em seu último livro *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”*, aprofunda o debate da de(s)colonialidade nos países latinoamericanos, a partir de um olhar para o espaço e para o conceito de território. Por meio de uma retomada da abordagem de diversos geógrafos sobre o “território”, ele afirma existir uma grande difusão e reelaboração do conceito no contexto

latinoamericano, principalmente trazido pela atuação dos movimentos. Assim, Haesbaert formula três categorias para o entendimento do território:

(...) enquanto categoria analítica, como instrumento de análise no entendimento da realidade, como categoria normativa, direcionando e/ou embasando a ação política, e enquanto categoria da prática, acionada cotidianamente pelo senso comum. (HAESBAERT, 2021, pág. 222).

2.1. De(s)colonialidade e construção de saberes transversais

Uma das grandes contribuições dos estudos de(s)coloniais, principalmente a partir dos estudiosos do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), foi o entendimento da tríade de colonialidades que perpassam as relações de produção e reprodução da vida a partir da modernidade, que são: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser. A partir delas podemos aferir a existência de relações de dominação inerentes a qualquer processo, que constituem sempre uma dicotomização entre dominante e dominado.

Se olharmos para a universidade a partir desse horizonte, teremos um campo de constante disputa epistêmica, que, em sua maioria, opera enquanto racionalidade universal, invisibilizando saberes outros, principalmente populares. Esse é o *modus operandi* que, a partir do entendimento da necessária de(s)colonialidade do saber, temos tentado alterar com as práticas extensionistas. Assim, os métodos e propostas trabalhados vêm ao encontro do interesse em construir práticas extensionistas não colonizadoras, nas quais os saberes acadêmicos, no plural, sejam articulados aos saberes populares, também plurais.

Propor práticas extensionistas não colonizadoras é partir do contexto acadêmico atual, ou seja, bastante colonizado, com um horizonte de transformação epistemológico e prático, reinventando o que foi assimilado. Essa transformação se dá na abertura para os diálogos com a diversidade de ações que já acontecem, tanto fora quanto dentro do espaço acadêmico, retomando saberes em uma antropofagia (HAESBAERT, 2021, pág. 78) epistêmica. Essa articulação de pluralidades parte do princípio não-colonial de horizontalidade, no qual há espaço para que os saberes sejam envolvidos sem que uma ordem heterônoma seja imposta.

A transversalidade dos saberes é uma maneira de construir relações complexas, capazes de compreender nuances sem passar por cima delas. Assim, partindo das diferenças e compreendendo o contexto e as desigualdades dadas pelo modo de produção, constrói-se a possibilidade de uma prática acadêmica - pautada nos pilares ensino, pesquisa e extensão - que reforça as ações de reexistência, percebe e acolhe as sensibilidades e contribui com a diversidade do saber, em contrapartida com o modo único de ser do capital.

2.2. Metodologias e Ferramentas de interlocução de saberes (extensão)

Diante do desafio de qualificar o que seriam práticas extensionistas não colonizadoras embasadas pelos pressupostos conceituais descritos no tópico anterior, recorreremos a um método cartográfico. Vale ressaltar que tal método foi construído em 2018, por um grupo de pesquisadores inquietos com mapeamentos que analisavam as disputas urbanas, a partir da separação entre ações promovidas pelo Estado e ações engendradas por movimentos sociais, considerando de antemão que a primeira seria da ordem da opressão e a segunda da ordem da resistência. O grupo entendia que a crítica à relação perversa entre o Estado e o Capital não deveria ser confundida com a desvalorização simples e pura do Estado, visto que a promoção de políticas públicas voltadas à equidade e à justiça social continuavam sendo atribuições importantes do poder público. O jogo político da época exigia uma análise para além de dicotomias redutoras, capaz, inclusive, de explicitar tangências e divergências entre os próprios movimentos sociais e evidenciar as armadilhas postas nas disputas urbanas.

Para a construção do método cartográfico, uma forte referência foi a Cartografia das Controvérsias proposta por Bruno Latour (2012), para quem é preciso se alimentar de pelo menos cinco incertezas: 1) Não há grupos, apenas formação de grupos; 2) A ação é assumida; 3) Os objetos também agem; 4) Questão de fato versus questão de interesse; e 5) Escrever Relatos de Risco. Com relação à primeira incerteza, Latour (2012) afirma não haver grupos *por si mesmos*, apenas formação de grupos, o que indica a necessidade de se mapear as controvérsias em torno dessas formações. Quanto à segunda incerteza, a *ação* deve ser percebida para além do ato em si, não sendo pertinente a fusão e redução de todas as forças a um único vetor. Sobre a natureza dos fatos, é importante evitar a unificação prematura da realidade, manter o desdobramento das questões cartografadas, para que as questões de interesse sejam evidenciadas. Para a incerteza relativa à natureza dos objetos, Latour afirma que para ser ator, ou seja, para modificar uma ação, não é preciso ser *humano*. Por fim, a escrita dos relatos, segundo ele, é sempre uma atividade de risco e para evitar o relativismo é preciso muita relatividade, ou melhor, muita atividade de relatar (LOPES, RENA, SÁ, 2019).

A partir dessas incertezas, o grupo de pesquisadores definiu um elenco de 4 perguntas: *o que?* (evento ou fatos marcados no tempo), *por que?* (narrativas ou figurações), *com quem?* (atores-humanos) e *com o que?* (atores não humanos). As respostas a essas perguntas configuram os nós de uma rede, a partir dos quais será possível identificar as formações dos grupos e as conexões entre nós (*relações de força*). Ao organizar essa rede em uma linha do tempo (*quando?*), torna-se possível mapear seus desdobramentos e algumas das controvérsias mais evidentes. Esse desenho não separa de antemão as formações dos grupos entre hegemônicas (Estado-Capital) e inventivas (moradores dos territórios populares), permitindo, assim, a identificação das controvérsias existentes no interior das práticas e dos discursos (ibidem)

3. Assessoria Técnica: uma prática em movimento

Com o intuito de debater o que seria uma Assessoria Técnica não colonizadora, foi oferecida, no primeiro semestre de 2022, uma disciplina optativa para um curso de arquitetura. A disciplina teve como proposta a construção de instrumentos cartográficos que pudessem promover uma interlocução aberta e não direcionada entre assessores e assessorados, visando a construção de novos imaginários urbanos e a compreensão das complexas dinâmicas urbanas.

Como primeiro exercício, as e os estudantes sistematizaram algumas das práticas mapeadas no trabalho de conclusão de curso, utilizando o método cartográfico, citados no tópico anterior. Essa sistematização foi feita em uma planilha online (FIG. 1), compartilhada entre todas e todos, e permitiu aos estudantes a ampliação do repertório das práticas de assessoria técnica existentes no Brasil e suas diferentes formas de atuação. Dentre as práticas de assessoria escolhidas previamente pelas professoras, optou-se por um leque variado de regiões (onde) e por um recorte temporal específico (quando). Essa atividade permitiu aos alunos identificarem que (1) a maior parte das práticas são promovidas por grupos que se formam (com quem) a partir das universidades e ações extensionistas (2) que os discursos norteadores são sustentados (por quê) pela ideia da capacitação e/ou da qualificação dos assessorados; e (3) que os instrumentos de interlocução acionados pelos assessores são, na sua maioria, questionários não-estruturados.

FIGURA 1: Planilha de cartografia das práticas de assessoria usada na disciplina.

ALLINO	descrição da prática			prática				
	NOME	ONDE	ANO (quando)	Frentes (Por quê?)	Narrativas (Por quê?)	Localização (Onde?)	Atores Humanos (Com quem?)	Atores não Humanos (Com quê?)
Ricardo Aleixo	Plano Emergencial de negociação da ocupação Carlos Marighella	Fortaleza, CE	2020	09/06/2020 - início da ocupação	Elaboração de um Plano Emergencial de Negociação (PEN) da Ocupação Carlos Marighella. A outorga foi consociada, pelos moradores, como demanda central para a proposição de um plano de intervenção habitacional. Assim, o PEN é uma proposta de negociação direcionada e a ser tratada com o poder público, tanto Estadual como Municipal, reconhecendo seu papel central na efetivação dos direitos sociais.	Ocupação Carlos Marighella	Coletivo Escalar, Moradores da OCM, Movimentos sociais, Terceira Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade.	Plano Emergencial de Negociação (PEN), Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHIS-PCR), Assessoria Técnica, dados quantitativos relativos ao orçamento público, levantamentos dos vazios urbanos, cálculos para os modelos de mesas, fotos, mapas gráficos, tabelas e diagramas.
Razine	Ocupas Centro	São Paulo, SP	2016	2016 - Apoio ocupação José Bonifácio (início). 2021 - Apoio técnico a seis ocupações: Caetano Pinto 40, Ipiranga 879, José Bonifácio 237, Rio Branco 53, São João 288, São João 588. (início)	Desenvolvimento de projetos, orientações técnicas, orientamentos e materiais necessários para planejar e definir estratégias para melhores habitações dos edifícios ocupados.	Bairro: Brás, Sé, Centro, Campos Elísios e República. (Região Central)	Peabiru TCA, MRU/UFJM, PROJUTECH, MIMCR, CAU-SP, Prefeitura de São Paulo, COMDEC.	Minha Casa Minha Vida Entidades, Chamamento Público Nº02/15 da COHAB-SP, Levantamento Físico do Edifício José Bonifácio, Ofícios de Projeto (áreas comuns e unidades habitacionais), Desenvolvimento de estudo preliminar, Aprovação de projeto do prédio José Bonifácio na prefeitura e órgãos do patrimônio histórico, Desenvolvimento de três oficinas temáticas com os moradores do José Bonifácio, Indúndia e queda do edifício Wlto Paes da Almeida afeta o movimento.
Jade	Praça da Amizade	Condi, PB	2018	Multifó no Vainhança: projeto e construção da Praça da Amizade	Assegurar o direito à serviços técnicos para construção, reforma e regularização fundiária; contribuir para a redução do déficit habitacional qualitativo, reduzindo precariedades habitacionais, urbanísticas e fundiárias; qualificar o espaço edificado e seu entorno; melhorar as condições de habitabilidade das famílias beneficiadas.	Conjunto Habitacional Ademário Régis	Equipe colaborativa (moradores e voluntários como protagonistas das transformações), curso de Arquitetura da UFPE, EPA, Poder Público	Lei Federal 11.898/2008, materiais de construção, projeto arquitetônico
Leticia	Sacramento Socioambiental	Belém, PA	2020	As ações, de natureza emergencial: auxílio social, comunicação popular e saúde	Para fortalecer o relacionamento entre a Suzano, através de sua unidade de processamento em Belém (PA), no bairro do Sacramento, e as comunidades vizinhas da unidade, devido o agravamento da pandemia da Covid-19	Belém Sacramento	Suzano Papel e Celulose, Instituto Peabiru, Coletivo Tóia em Movimento, Rádio Marighella, Casarão do Borneo, Laboratório da Cidade e Organizações locais do bairro	pias móveis com água e sabão, materiais gráficos e audiovisuais, redes sociais, cestas de alimentos e produtos de higiene e limpeza, máscaras

Fonte: Captura de tela pelas próprias autoras.

Na sequência, foi proposta uma segunda atividade, tendo como desafio construir instrumentos capazes de promover uma interlocução de fato aberta e não colonizadora entre os saberes populares e os saberes acadêmicos. Assim, foram organizados três grupos, definidos a partir de três territórios populares parceiros, sendo dois deles das professoras e o outro de uma aluna da disciplina. Dentre as diversas linguagens apresentadas, o jogo foi o instrumento mais debatido, tendo em vista que o jogo consegue articular interessantes relações entre os participantes e fomentar, por meio do lúdico, uma discussão ampliada e não pré-determinada.

Para a construção desses jogos-cartográficos, os alunos foram apresentados a alguns outros jogos existentes. Em uma das aulas, dedicada a isso, eles dividiram-se em grupos e passaram a tarde jogando o “Kapital!: quem ganhará a luta de classes?” e o “oKupa: Juventude, Cidadania e Ocupação da Cidade” (FIG. 2 e FIG. 3). Cada um desses jogos têm propostas, modos de jogar e mecânicas diversas, o que foi interessante para sensibilizar os alunos que, adiante, criariam seus próprios jogos em conjunto. Na criação dos alunos, foi possível perceber reflexos desses dois jogos apresentados e jogados em aula, como também as perguntas disparadoras do método cartográfico, estudado na primeira atividade.

FIGURA 2: Jogo Kapital.



Fonte: Boitempo editorial.

FIGURA 3: Jogo Okupa.



Fonte: Bruna Lubambo.

O primeiro grupo desenvolveu um jogo para discutir conflitos socioambientais, tendo como referência o Vale das Ocupações do Barreiro, localizado em Belo Horizonte, onde coexistem áreas de preservação ambiental e 6 ocupações autoconstruídas. Esse jogo fazia uso de um tabuleiro circular, no qual cada jogador começava em uma cor-categoria, articuladas em eixos. Conforme o jogo prosseguia, todos passavam por cada cor-categoria, de forma que o ritmo do jogo seguia um padrão. Cada cor-categoria correspondia a um eixo temático, dado por um verbo, que tinha como objetivo discutir sobre aspectos urbanos que influenciam não só o território das ocupações do Barreiro, mas também toda a cidade. A escolha dos verbos para definir as categorias foi uma decisão importante para torná-las menos técnicas e mais abrangentes, contribuindo também para o aspecto lúdico do jogo. Os verbos escolhidos foram: transitar, descartar, relacionar, ensinar, preservar.

Além dos eixos, do tabuleiro e das categorias, esse jogo fazia uso de cartas com questões sobre a vivência urbana. Essas questões tinham que ser respondidas pelos jogadores, um de cada vez. A partir dessa resposta, os outros jogadores avaliariam se ela seria satisfatória para a resolução da situação proposta na carta, e, caso fosse, o eixo em que o jogador estava recebia uma estrela. Esse mecanismo mostra a intenção de criar situações que despertem a articulação coletiva, visto que o jogador da vez precisa considerar o grupo para responder e os outros jogadores precisam ponderar sobre as decisões tomadas. Essa troca de papéis produziu uma dinâmica de jogabilidade não-competitiva interessante, pautada pelo diálogo e pelo conhecimento prévio e pela vivência de cada jogador, sem impor hierarquias, uma vez que as estrelas eram dadas para o eixo e não para pessoas individuais.

Ao final, existia um enigma mais complexo, que deveria ser solucionado conjuntamente. A cor-categoria que tivesse menos estrelas seria a orientadora da pergunta desse enigma. Essa estratégia foi pensada para atacar as fragilidades argumentativas percebidas ao longo da partida. Dessa forma, se o eixo *transitar* obteve menos estrelas, por exemplo, ele provavelmente foi o que o grupo menos conseguiu elaborar conjuntamente ao longo da partida. Assim, no final ele seria retomado, proporcionando uma auto-reflexão entre o grupo (FIG.4).

FIGURA 4: Jogo desenvolvido por estudantes da disciplina “Assessoria Técnica - uma prática em movimento” para o Vale das Ocupações do Barreiro.



Fonte: foto pelas próprias autoras.

O segundo grupo desenvolveu um jogo de cartas para promover a discussão sobre a construção de moradias em um bairro no município de Santa Luzia, Minas Gerais, resultado de um processo de negociação para o reassentamento de mais de 130 famílias da Ocupação Manoel Aleixo. Esse jogo não possuía suporte de tabuleiro e tinha o propósito de provocar debates mais complexos, sem apresentar soluções certas ou erradas para as situações enfrentadas no território, mas instigando as e os jogantes a negociarem as melhores soluções entre si.

Foi um jogo colaborativo, cujo principal objetivo era solucionar uma carta “problemão”, sorteada no início e comum a todos os jogadores, que representava uma situação grave típica de territórios autoconstruídos, como desabamento de terra, falta de luz ou despejo iminente. Para resolvê-la, era necessário usar as cartas de “recurso” - *com quem* e *com o quê* -, também distribuídas no início, onde se encontravam atores humanos e não-humanos capazes de se relacionar para atuar no território. Entretanto, esses recursos iniciais dificilmente seriam suficientes para cumprir o objetivo comum, e o jogo se desenrola com

cada jogante sorteando uma situação cotidiana (como acúmulo de recicláveis, planejamento de festas, desejo de plantar árvores e hortas ou de ter criações de animais), manifestada por uma carta de “problema”, também resolvida pelas cartas de recurso. Cada carta de “problema” solucionada era recompensada com novas cartas de “recursos”, que poderiam ajudar a resolver o “problemão” do território.

A principal sacada da dinâmica foi a de misturar atores hegemônicos com atores que usualmente não são pensados como desse circuito, sem fazer juízo de valor com relação a sua utilização, mas com a possibilidade de despertar debates sobre as implicações de cada uma delas, entendendo as suas contradições e potencialidades (FIG. 5).

FIGURA 5: Jogo desenvolvido por estudantes da disciplina “Assessoria Técnica - uma prática em movimento” para o reassentamento da Ocupação Manoel Aleixo.



Fonte: foto pelas próprias autoras.

O terceiro território escolhido foi a Ocupação Cidade de Deus, em Sete Lagoas, estudo de caso do trabalho de conclusão de curso de uma das alunas da disciplina. Essa ocupação está em processo de discussão sobre como será a construção de seu território, pautando debates sobre parcelamento, urbanismo e vizinhanças. O jogo criado chama-se "Urbanizze CDD" e faz uso de um suporte de tabuleiro e cartas, assim como o primeiro descrito aqui. O percurso no tabuleiro era linear e as cartas também tinham a função de apresentar situações cotidianas para debate e resolução de problemas. As pessoas poderiam jogar sozinhas ou em duplas, aumentando assim a quantidade de jogadores possível.

As cartas eram divididas em temas e colocadas em cinco envelopes: vegetação, água, energia, mobilidade e gestão de resíduos. A partir da trajetória descrita por cada jogador no tabuleiro, tiravam-se cartas e as perguntas que eram sorteadas tinham que ser respondidas

e depois poderiam ser questionadas e avaliadas pelos demais jogadores, configurando por votação a pontuação. Existe também um componente de construção no jogo, realizado a partir das moedas que os jogadores conseguem ao responder às perguntas. Esse jogo, como os outros, é fortemente pautado na construção de diálogos problematizadores, que levam a discussões, consensos e dissensos sobre a produção do espaço, a partir de determinados recortes orientadores (FIG.6).

FIGURA 66: Jogo desenvolvido por estudantes da disciplina “Assessoria Técnica - uma prática em movimento” para a Ocupação Cidade de Deus.



Fonte: foto pelas próprias autoras.

4. Considerações finais

Esse artigo foi escrito diante de inquietações teóricas e metodológicas vindas da prática de assessoria técnica das autoras. No tópico 1, foi feita uma breve explanação sobre as formas de produção do espaço realizadas por moradores de territórios populares, sem o apoio do saber técnico institucionalizado. Em seguida, foram contextualizadas algumas das práticas de assessoria técnica realizadas por arquitetos e urbanistas. No tópico seguinte, foram apresentados os conceitos referentes à de(s)colonialidade, bem como os pressupostos metodológicos para se qualificar ações e práticas, sem cair em dicotomias e simplificações.

A disciplina descrita no tópico 3 foi proposta e desenvolvida a partir dessas inquietações e referências, com o intuito de se avançar na construção de diretrizes teóricas e instrumentais para uma Assessoria Técnica De(s)colonial. Com relação aos jogos construídos, o grupo 1 avançou no que se refere a proposta de um jogo coletivo, no qual não há vencedores, nem vencidos, mas uma somatória de ações que podem resultar em uma proposta para o conflito sócio-ambiental posto. O grupo 2 conseguiu sistematizar um jogo, sem tabuleiro, a partir de

cartas organizadas pelas perguntas propostas no método cartográfico, sistematizadas por cor e passíveis de serem combinadas de múltiplas maneiras. Já o grupo 3, apesar da proposta de uma trilha linear, garantiu com a inserção de temáticas coletivas que as decisões tomadas pelos jogadores não fossem apenas de ordem individual.

Por ter se tratado de uma disciplina de apenas 30 horas aula, não havia a pretensão que instrumentos de interlocução fossem finalizados, mas que tanto discussões, quanto experimentações fossem realizados de forma crítica e lúdica. Levar o debate sobre assessorias técnicas para o meio acadêmico, apesar de não ser um fato novo, é ainda uma tarefa urgente, que tem um longo caminho a ser percorrido, inclusive no que tange à construção de formas de interlocução entre saberes populares e acadêmicos que disparem processos abertos, nos quais os problemas e as soluções urbanas e/ou arquitetônicas sejam definidos conjuntamente.

Referências:

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU/BR). **Percepções da sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: 2015. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em: 20/07/2019.

FERRARI, J. F.; RIERA, H. E.; ZANATTA, L. Y. A. **A extensão em construção: uma experiência de 'imersão' em Raposos/MG**. Anais XVIII ENANPUR, 2019a. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires: CLACSO e Niterói: PosGeo UFF, 2021.

LATOUR, B. **Reagregando o Social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOPES, J. M. de A. **Nós, os arquitetos dos sem-teto**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo, Vol. 20, Nº2, Maio/Agosto 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-15292018000200237>>. Acesso em: 21/07/2019.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. **Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma**. V!RUS, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 28 Jul. 2022.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 71-93.

MORADO NASCIMENTO, D. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, Jupira Gomes; COSTA, Heloísa Soares de Moura (org). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011. p.217-230.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

POMPÉIA, Roberto Alfredo. **“Os Laboratórios de Habitação no ensino da arquitetura”:** **“Uma contribuição ao processo de formação do arquiteto”**. Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

ROLNIK, R. **Dez Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo**. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; PEREIRA DA SILVA, Maria Lais (org.). **Leituras da cidade - Rio de Janeiro : Letra Capital : ANPUR**, 2012.